



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 190/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de cópia integral de determinada apuração preliminar. Restrição de acesso prevista no Termo de de Classificação de Informação - TCI. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 190/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a cópia integral de determinada apuração preliminar.
2. Em recurso, o órgão negou o acesso. Inconformado, o requerente interpôs o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instado a justificar a negativa de acesso, o órgão informou que o acesso à informação requerida estava prejudicado, tendo em vista o Termo de Classificação de Informação - TCI, oriundo da Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI, nos termos do Decreto nº 61.836, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a classificação de documento, dado ou informação de que trata a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (art.1º), observadas as disposições do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012 (art.30,III).
4. Na análise do caso concreto, verifica-se que o ente justificou adequadamente a impossibilidade de disponibilizar o documento solicitado, fundamentando a negativa do acesso à cópia do documento, com base na legislação vigente.
5. Considerando que o órgão justificou adequadamente a negativa do acesso à cópia integral do documento solicitado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º, c/c artigo 22 da referida Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



São Paulo, 26 de abril de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado

SEGOVDES202111987A